

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

QUANDO A VIRTUDE É O PROBLEMA: A ATUALIDADE DE CELSO FURTADO

QUANDO A VIRTUDE É O PROBLEMA: A ATUALIDADE DE CELSO FURTADO

Resumo

O objetivo principal do artigo é resgatar a atualidade da obra de Celso Furtado, a qual, mesmo diante das transformações econômicas, tecnológicas e sociais das últimas décadas, contém teses, reflexões e valores que perduram. Para tanto, elege dois aspectos para abordar, os quais, eles mesmos, foram ressaltados por Furtado como norteadores de seu trabalho: a construção e fixação da categoria subdesenvolvimento na análise econômica e o entendimento, não usual em sua época, de que para sua superação não se poderia prescindir da democracia. O artigo parte da gênese das ideias de atraso e progresso no Brasil, ainda no Império, até chegar à de subdesenvolvimento, na década de 1950, e a seguir retoma as reflexões sobre liberdade e democracia de Furtado, geralmente pouco lembradas na vasta literatura sobre sua obra.

**PEDRO CEZAR
DUTRA FONSECA**

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: pedro.fonseca@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3814-9578>

Agradeço a Rosa Freire d'Aguiar pelas sugestões e ao bolsista PIBIC-CNPq/UFRGS Henrik Johan D'Alençon Karlholm pelo auxílio na pesquisa.

Palavras-chave: Celso Furtado; desenvolvimento econômico; democracia; América Latina.

Abstract

The main objective of this paper is to bring to the present days the work of Celso Furtado. Although transformations have happened in the past decades in the economic, technological and social fields, his studies have theses, ideas and values that still stand. The paper selects two aspects to highlight, the same that were elected by Furtado himself as parameters of his work: the construction and fixation of the category of underdevelopment in the economic analysis and the understanding, not usual by that time, that in order to overcome it, democracy was pivotal. This paper begins with the genesis of the ideas of backwardness and progress in Brazil in the Empire era, and goes until the idea of under development in the 1950s. It proceeds to reconsider the analyses of freedom and democracy in Furtado's view, which are not commonly remembered in the vast literature that refers to his work.

Keywords: Celso Furtado; economic development; democracy; LatinAmerica.

I. Introdução

Se é um truísmo afirmar que as obras de qualquer autor não podem ser entendidas sem se considerar o contexto histórico em que apareceram, sempre discutir sua atualidade é exercício arriscado, pois impõe repensá-las em outro tempo e/ou espaço. Todavia, também se sabe que obras clássicas não perecem; às vezes, permanecem atuais e com ávidos leitores por décadas e até séculos. De certo modo, o fato de continuar granjeando leitores e adeptos é sintoma e atestado de atualidade, de que algo permanece. Por outro lado, como assinala Sartori (1970, 1984), as ideias “viajam”, ou seja, são capazes de transitar por tempos e lugares, porquanto são capazes de adaptar-se, moldar-se, incorporar novidades – enfim, “atualizar-se”. Não sendo fixadas de uma vez para sempre, como na metafísica platônica, possuem movimento, sempre sinal de vida e, portanto, de historicidade.

Pensar a atualidade da obra de Celso Furtado não é diferente e os riscos são os mesmos. De forma geral, seus trabalhos datam da segunda metade do século XX e seu foco é a América Latina, e mais especificamente o Brasil, mesmo que boa parte dela tenha sido escrita no exterior. Inserem-se, portanto, nesse período histórico e nas questões então debatidas na área econômica, marcados pela chamada “Era de Ouro” do pós-Segunda Guerra, na qual predominavam as crenças na democracia, no crescimento acelerado e na distribuição de renda, sob a empolgação da derrota do nazifascismo e a hegemonia das ideias keynesianas, social-democratas e, na América Latina, do desenvolvimentismo. Como a obra de Furtado é vasta em tamanho e profundidade (mais de trinta livros entre 1954 e 1992, sem contar os artigos), a opção metodológica aqui utilizada foi buscar os traços marcantes que lhe conferem atualidade a partir de seu conjunto, tendo em vista que tais marcos estruturais a nortearam, e não os detalhes ou meandros de suas contribuições teóricas – exercício por certo válido, mas que ultrapassaria os limites de um artigo. Tal caminho foi de certo modo facilitado pelo fato de Furtado ter-nos legado sua própria reflexão sobre sua trajetória intelectual e de homem público, como em *A fantasia organizada* (1985) e *A fantasia*

desfeita (1989), escritas como um balanço de vida. Mas, como lembra Iglésias (FURTADO, 1997, p. IX), essa sua temática “memorialística” começara bem cedo, com o livro de contos e relatos sobre sua participação na Força Expedicionária Brasileira, quando já dava mostras de seu pendor literário, o que lhe valeu certa vez, segundo seu próprio relato, uma “reprimenda” de Eugênio Gudín: “Você apela demasiadamente para a imaginação em suas análises. Devia ter sido romancista, e não economista” (*ibidem*, v. 1, p. 162). Dúvida: seria mesmo o uso da imaginação um problema a ser evitado pelos economistas e, em geral, pelos cientistas?

Furtado várias vezes enfatizou a defesa do desenvolvimento e da democracia como o busílis de seus trabalhos. Além de resgatar tal aspecto nem sempre lembrado de seu pensamento, o que *per se* justificaria este artigo, assume-se como hipótese a demonstrar que ambos são dois valores que se entrelaçam e se reforçam mutuamente em seu pensamento; não podem, portanto, ser entendidos de forma justaposta ou separadamente. Se o desenvolvimento (e o subdesenvolvimento) é o tema por excelência do economista, a democracia é seu suposto, um sujeito oculto a permear suas reflexões, o qual, na obra “memorialística”, vem à tona de forma contundente. Assim, em *A fantasia desfeita*, depois de se perguntar quais os objetivos fundamentais capazes de unir o país, conclui que a autodeterminação seria o pré-requisito para se atingir os fins, e que estes eram a *liberdade e o desenvolvimento econômico* (*ibidem*, v. 2, p. 214). E adiante: “Mas, o desenvolvimento não pode ser pago com a alienação da liberdade, sem a qual a vida social se desumaniza. Conciliar a luta pelo desenvolvimento com a preservação da liberdade era o *desafio maior* com que nos defrontávamos naquele momento” (*ibidem*, p. 219, grifos meus). Como desenvolvimento e democracia permanecem na ordem do dia como desafios, mesmo há décadas após tais escritos, não é difícil percebê-los como atuais – e, quiçá, com mais percalços a superar para se viabilizarem. Para fins de exposição, será abordado o

¹ Todas as citações adiante datadas de 1997, na sequência com o volume e a página, foram extraídas da coletânea *Obra Autobiográfica – Celso Furtado*, publicação em 3 volumes da Paz e Terra, cuja referência completa consta do final do artigo.

primeiro na seção seguinte e, na seção posterior, a democracia; indo adiante, à guisa de síntese, a conclusão.

2. A consciência do atraso: do país jovem ao subdesenvolvimento

A maior contribuição teórica de Celso Furtado foi introduzir e difundir na ciência econômica a categoria subdesenvolvimento. Por certo, não foi um trabalho isolado, pois contou com outros colegas da CEPAL e mesmo do Primeiro Mundo, como Paul Rosenstein-Rodan e Walt Rostow (mesmo que este em visão muito diferente da furtadiana). Mas as contribuições de Furtado foram decisivas. Para evidenciar sua atualidade, faz-se necessário um *detour* com o propósito de recuperar o histórico do termo subdesenvolvimento até alcançar o *status* de categoria teórica, com reconhecimento acadêmico, e também social.

Como é por demais sabido, a noção de desenvolvimento já estava nos clássicos. Já a fisiocracia francesa, a primeira escola reconhecida de economistas, incorporava como objeto de estudo as razões responsáveis pela expansão da economia (ou da “riqueza das nações”) e a distribuição do excedente, temas que foram aprofundados, respectivamente, por A. Smith, D. Ricardo e, posteriormente, seus sucessores. Por desenvolvimento, entendia-se, sobretudo, o crescimento de longo prazo das economias, que fatores impulsionavam para lograr maior produtividade, expansão dos negócios, ampliação dos mercados e taxa de lucro. Mesmo na visão marxista, desenvolvimento assumia a conotação de acumulação de capital, ou de sua reprodução de forma ampliada. Se auxilia para elucidação de um conceito ter-se presente sua antítese, esta, na concepção clássica de desenvolvimento, eram as crises, ou seja, a constatação de que o crescimento enfrentava obstáculos que se manifestavam, com frequência, em paralisação da produção, queda nos lucros, ociosidade de capital e desemprego. Assim, a rejeição à lei de Say, desde Sismondi e Malthus, tornou-se o consenso do que se pode chamar de heterodoxia teórica, uma vez que a linha principal da economia, embora não negasse a existência de crises, não as admitia como decorrentes da lógica

do próprio sistema econômico; ao contrário, sempre manifestou preferência por enfatizar as leis propulsoras à expansão – e, após 1870, com o marginalismo, ao equilíbrio. Os obstáculos eram geralmente associados a variáveis exógenas, temporárias, ou, como se dirá mais recentemente, a falhas de mercado. Vale lembrar a retórica de Marshall, que mesmo não sendo um “economista vulgar”, associava as crises à “falta de confiança”, sem enfrentar, como exigiria o rigor, por que a tal confiança às vezes falhava. Restava crer que a questão era mais no campo psicológico do que propriamente no de economia.

Já na América Latina a inquietação era outra. Nunca foi de imediato evidente que seus países eram “subdesenvolvidos” e este termo é novo, ao considerarem-se os cinco séculos de história desde a chegada dos colonizadores europeus. Trata-se de noção que demorou certo tempo para ser construída (SALOMÃO, 2013). Para começar, só faz sentido com a superação da condição colonial, quando há a pretensão de autorreconhecimento como nação e de construção de um Estado nacional soberano. Dependeu, sobretudo, do grau de consciência das elites nativas sobre como encarar os problemas locais e de sua capacidade de encaminhar projetos para revertê-los. A tomada de consciência foi gradual e variou de país para país. Desde os processos de independência política, o desafio dessas elites era enfrentar os inúmeros problemas decorrentes da situação colonial anterior. Mais que entender ou teorizar, ensaiava-se a busca de caminhos ou alternativas para a construção das nações nascentes. “Homens práticos” – empresários, jornalistas, militares, bacharéis – não tardaram em verificar certa defasagem entre a realidade local e a que tinham como paradigma ou modelo: a Europa Ocidental, ou as antigas metrópoles. Começava, assim, a nascer a *consciência do atraso*. F. A. Varhagen, o ilustre historiador da corte do II Império, associava o atraso ao fato de ser o Brasil um “país jovem”. Mesmo a escravidão, que o envergonhava, era tolerada diante de tal argumento. O recurso à infância do país trazia consigo uma duplicidade que expunha a contradição: de um lado, justificava o *status quo*, sua face conservadora, mas, por outro, avançava ao reconhecer o problema. Ou melhor: sua justificativa, por mais simplista

que fosse, admitia a defasagem entre as duas realidades. Sem reconhecer o problema não haveria busca de soluções, embora a tese do país jovem não formulasse a necessidade de intervenção ou revolução para reverter o problema: tudo sugere que, com o passar do tempo, a solução viria ao natural; afinal, é lei da vida os jovens amadurecerem. Note-se que, por via muito peculiar, tal interpretação acabava referendando as teses liberais: “*laissez faire, laissez passer*” era a fórmula aconselhada.

Todavia, nem todos concordavam com passividade. No início do século XIX, havia os chamados “liberais exaltados”, ou nativistas mais radicais, cujo imaginário e práxis anticoloniais apontavam que havia pressa para as mudanças. Na América Latina toda proliferaram tais grupos, mas foi com as ideias positivistas, na segunda metade do século, que se difundiu uma formulação mais acabada, com pretensões científicas e capaz de granjear adeptos e iluminar ações políticas voltadas à reversão do problema². Nasceu na França na primeira metade do século XIX, sob a influência de St. Simon, Comte e, no campo da economia, com a simpatia de Stuart Mill, o positivismo era crítico ao liberalismo, mesmo sendo defensor ferrenho da propriedade privada e do capitalismo como sistema econômico. Apesar de serem mais conhecidas no campo da metodologia – com a defesa do

² No Brasil, como positivistas destacaram-se Miguel Lemos e Teixeira Mendes, próceres da Igreja Positivista, seguidores do chamado “positivismo religioso”. No campo político, os nomes mais importantes foram Benjamin Constant, por difundir-lo entre a jovem oficialidade do Exército, ganhando adeptos às causas republicana e abolicionista, e Júlio de Castilhos, como praticamente autor da Constituição gaúcha de 1891 e precursor da linhagem de políticos como Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas. Junto com o Brasil, o país latino-americano com maior influência foi o México, inclusive cita-se Gabino Barreda como o primeiro divulgador mais influente na América Latina; sua *Oración Cívica*, proferida em 16 de setembro de 1857, teria contribuído para ser convidado a participar no governo de Benito Juárez García (1867-1872), de caráter republicano e modernizador. A influência do positivismo alastrou-se entre os republicanos e contribuiu para a separação da Igreja do Estado (1867) e para a reforma do sistema educacional (Matute, 1984). Segundo Zea (1993), o positivismo como doutrina chegou ao auge no México com Porfirio Parra (autor de *La reforma en México*, 1906), cujos adeptos auxiliaram na sustentação da ditadura de Porfirio Díaz (1884-1911). Entre eles, podem-se mencionar Justo Sierra, Rosendo Pineda, Jorge Hammeker Mexia, Pablo Macedo e Francisco Bulnes. Na Argentina, destacam-se, no final do século XIX, José María Ramos Mejía, autor de *Las multitudes argentinas* (1899), e José Ingenieros, autor de *¿Qué es el socialismo?* (1895) e *Sociología argentina* (1918). E ainda: no Uruguai, José Pedro Varela, importante na formação da instrução pública e universitária; no Peru, Manuel Vicente Villarán e Mariano H. Cornejo; na Venezuela, onde encontrou campo fértil depois da Revolução de Abril de 1870, com Rafael Villavicencio, Adolfo Ernest e José Gil Fortoul; no Chile, José Victorino Lastarria e Juan Serapio Lois, fundador; em 1882, da *Sociedad Escuela Augusto Comte*; e, na Colômbia, Rafael Nuñez, coautor da Constituição de 1886. Ver Fonseca (2014b).

método indutivo, do cientificismo, da experiência e da observação sistemática (em contraposição à metafísica e à filosofia medievais), bem como postulados hoje amplamente contestados, como a unicidade do método para todas as ciências e sua neutralidade –, as ideias de Comte e de seus adeptos que mais proliferaram na América Latina foram as do chamado *positivismo político*, uma espécie de *guia de ação* para os governos, com a defesa da república, do federalismo e do Estado laico, a rejeição da escravidão, o reconhecimento da “questão social”, com legislação “protetora” do trabalho, e intervenção do Estado na economia quando houvesse “necessidade social” (FONSECA, 2014a). Esta última confrontava o postulado de equilíbrio automático de mercados e a metáfora da “mão invisível”, assumidas como metafísicas e sem fundamento empírico – sem diferir, neste aspecto, das teses teológicas. Mas cabe aqui reter que a noção segundo a qual a história percorria uma trajetória fruto da evolução humana trazia consigo a defesa do *progresso*. Tão a gosto da burguesia emergente no contexto europeu, essa ideia poderosa afirmava-se com as novas invenções provindas com a Segunda Revolução Industrial e o forte entrelaçamento entre ciência e produção.

Na América Latina, o progresso como antinomia para atraso caía como uma luva para substituir a explicação *ad hoc* de “nação jovem”. De imediato, aforava-se a indagação: por que os EUA, também jovens, não conheciam os mesmos problemas e já despontavam como um dos países líderes em produção e produtividade, já superando vários europeus, e até sua antiga metrópole, a decadente Inglaterra? Não se ignora que boa parte dos “homens cultos” da época passou a defender as teses do determinismo geográfico ou biológico, em franco modismo na Europa, apontando o clima tropical e a colonização dos portugueses – desde já um povo racialmente “misturado” com árabes e bárbaros do norte europeu, e que ainda trouxera a miscigenação com o índio e, principalmente, com os africanos – como empecilhos para o desenvolvimento. Não por acaso, os primeiros “intérpretes” do Brasil, como Varhagen, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e mesmo Gilberto Freyre, traziam o corte racial e climático como relevante para entender o Brasil, numa perspectiva

que, se não racista (com conotação preconceituosa e negativa), pelo menos era racialista (ao considerar esta variável como determinante ou relevante para explicar as variáveis sociais). Note-se que tais teses traziam consigo uma noção de impotência, pois apelavam para um determinismo difícil de reverter, o que limitava enormemente a possibilidade da ação humana, ou seja, da política. Talvez esse fato tenha contribuído para o aparecimento, na América Latina – e aqui o foco é o Brasil –, do “positivismo político” de caráter reformista, ou seja, que entendia que *o progresso, mais do que uma lei natural da evolução, poderia ser provocado e incentivado*. Por quem? Pelo Estado. Com isso, abria-se espaço para a práxis, ou seja, para a ação política consciente, com fins determinados e definidos a partir de uma ideologia, com o propósito de executar um programa de governo para transformar a sociedade. Não raro esses grupos positivistas, embora com diversos matizes, dos mais moderados aos radicais, como em qualquer ideologia, formavam o que hoje se poderia chamar de militância, com ação coordenada e disciplinada, inclusive nos parlamentos (PESAVENTO, 1979; BACKES, 2004). A crença na capacidade de mudar a história é, desde Hegel, a marca do que este autor chamou de Modernidade, cujos episódios simbólicos foram a derrubada da monarquia e a condenação do casal real à guilhotina na Revolução Francesa; os rumos da história, de ora em diante, poderiam ser alterados aqui de baixo, não mais eram fruto do destino (como no imaginário grego pagão), nem do céu (a *Weltanschauung* medieval).

O termo desenvolvimento como categoria teórica antitética a subdesenvolvimento, concepção em que Celso Furtado destacou-se no esforço para atingir tal envergadura, tem sua gênese na noção de progresso. Mas, antes da teorização, aparecera “na prática”: nos discursos de Vargas, a expressão “desenvolvimento econômico” já é encontrada na década de 1920 e, por certo espaço de tempo, ambos coexistiam, ora se usando um, ora outro. Na década de 1930, o termo predominou e passou a ganhar espaço na mídia, incorporando-se ao linguajar usual dos políticos (FONSECA, 2012). A relação entre progresso e desenvolvimento foi explorada por Furtado em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (FURTADO, 1978) e em

Introdução ao desenvolvimento (FURTADO, [1980] 2000). Todavia, em sua formação teve raízes mais profundas, como confessa em *Aventuras de um economista brasileiro*, texto escrito em Paris em 1972:

Entre essas influências intelectuais exercidas desde cedo, identifiquei três correntes principais. Em primeiro lugar, está a positivista. É conhecida a profundidade da influência positivista no Brasil. Um militar reformado, da família da minha mãe, deixou em minha casa um conjunto de livros positivistas, aos quais tive acesso desde os quinze anos. A primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como conhecimento científico, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso me impregnou como evidente. O meu ateísmo, que cristalizara desde os 13 anos, encontrou aí uma fonte de justificação e um motivo de orgulho (FURTADO, 1997, v. 2, p. 15, grifos no original).

Observa-se que, já antes da década de 1930, aparecera o *desenvolvimentismo* – ou seja, a ideologia segundo a qual o principal entrave do país era a falta de desenvolvimento e a principal tarefa dos governos era assumi-lo como prioridade; construía-se, assim, um projeto político, ou guia de ação, alicerçado em uma utopia de transformação da sociedade. Foi a partir dessa década, sob o impacto da Grande Depressão e da preparação para a II Guerra, inclusive com apoio militar, que se registra o salto histórico de deixar de ser apenas um discurso para ser adotado como ideologia oficial de vários governos latino-americanos, como o de Vargas, inspirando a formulação e execução de políticas econômicas. Assim, seja como ideário, seja “na prática”, ao nortear decisões governamentais, o desenvolvimentismo ocorreu sem haver uma teorização prévia mais robusta – talvez devido ao fato de inexistirem cursos específicos de economia no país e tradição de pesquisas na área. O fenômeno sugere ser muito latino-americano em sua peculiaridade, e não uma tese ou teoria importada da Europa, que aqui os seguidores se encarregariam de adaptar à realidade local, tais como o liberalismo, o socialismo e o fascismo. Não há um “desenvolvimentismo francês”, “inglês” ou “alemão” anterior que aqui foi adaptado, a lembrar a antropofagia de Oswald de Andrade, conquanto em sua gênese se encontrem

influências de pensadores europeus, como de A. Comte e S. Mill, já mencionados, ou mesmo da Escola Histórica Alemã e de List (FONSECA, 2000).

Como é conhecido, só em 1948, com a criação da CEPAL (então Comissão Econômica para a América Latina), houve a possibilidade de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre o desenvolvimento latino-americano – e de sua face local, o *subdesenvolvimento*. O chamado “Manifesto de Havana” ou “Manifesto Latino-Americano”, de Prebisch, de 1949, e a criação da própria agência, que congregava técnicos de várias áreas, abriram as portas para a teorização. A tese de que os países especializados na produção agrária perdiam na relação de intercâmbio é antiga no pensamento econômico: já se encontra em List e, no Brasil, em discursos e pronunciamentos de políticos, jornalistas, militares e empresários, embora sem aceitação pela ortodoxia econômica (FONSECA, 2000). Prebisch, todavia, com seus trabalhos, deu a ela o que se poderia chamar de “*status científico*” para os padrões da época: alicerçou as informações em dados estatísticos criteriosamente elaborados, coerentes com sua formação de contador. Enfrentava, com isso, a teoria convencional em um aspecto que esta advogava como mérito seu: a empiria. O culto ao “altar dos dados”, como teste último do saber científico, começava a abalar modelos teóricos requintados, já que desde Ricardo a teoria das vantagens comparativas galgara o *status* de verdadeira lei econômica. O abalo resultou no programa de pesquisa, no campo da economia, oriundo da América Latina, que, por primeira vez, a academia do Primeiro Mundo se viu forçada a reconhecer e responder – e possivelmente o único até hoje. Mas, apesar de sua relevância, a contribuição de Prebisch não chegava a teorizar sobre o subdesenvolvimento como fenômeno mais amplo; de certo modo, sua tese ajudava a evidenciar, através do mecanismo de preços, como o mesmo se *manifestava*.

Coube a Furtado realizar tal tarefa. Conquanto reflexões esparsas já apareçam na década de 1950, como em *A economia brasileira* (1952), *Uma economia dependente* (1956), *Perspectivas da economia brasileira* (1958) e mesmo no clássico *Formação econômica do Brasil* (1959), foi em *Desenvolvimento e*

subdesenvolvimento (1961) e em *Dialética do desenvolvimento* (1964) que as ideias mais originais e criativas sobre o fenômeno do subdesenvolvimento como categoria teórica vieram à liça. O pensamento pioneiro dessas obras foi mais tarde organizado e aprofundado em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), o mais robusto e acabado trabalho de Celso Furtado no campo da teoria do desenvolvimento. Mas seriam ainda atuais, num mundo que mudou tanto de lá para cá, com a crise do fordismo, do keynesianismo, do socialismo real, da social-democracia e do próprio desenvolvimentismo, com a globalização, pós-globalização, neoliberalismo e novas ondas tecnológicas em curso?

Claro que se podem sempre encontrar contribuições teóricas datadas, que faziam sentido na época em que foram escritas e que deixaram de fazê-lo, seja por imposição de mudanças na própria economia, seja pelo aparecimento de novas contribuições teóricas (v. g., o subconsumismo, o esgotamento da industrialização por substituição de importações, as dificuldades para constituir o núcleo duro da indústria de bens de capital, entre outros). Todavia, *a atualidade permanece porque o subdesenvolvimento não foi superado*. Ou seja, as razões que levaram à contribuição central de Furtado, que eram sua motivação e força propulsora, as quais ele condensou no termo teórico subdesenvolvimento – produção aquém do potencial, baixa produtividade, desperdício de recursos, disparidade acentuada na distribuição de renda pessoal, funcional e regional, péssimos indicadores sociais, defasagem tecnológica com relação aos centros hegemônicos, dependência externa –, todos esses fenômenos ou fatos permanecem, mesmo modificados, com a mesma intensidade daquela época, ou até mais acentuados. Haja vista, quanto aos últimos, a desindustrialização do país, que teve a participação da indústria no PIB reduzida em um terço do que era nos fins da década de 1970 (*grosso modo*, de 30% para 10%), configurando um dos casos de desindustrialização mais acentuados no mundo, inclusive mesmo em comparação com outros países latino-americanos (AREND, 2014).

Como já mencionei em outro trabalho (FONSECA, 2020) e aqui reproduzo em parte, a grande contribuição de Furtado foi formular as interpretações anteriores sobre as causas do “atraso” em pelo menos dois aspectos com profundas consequências teóricas, as quais conduziram a teorização a outro patamar. Em primeiro lugar, porquanto não se tratava propriamente de “atraso”, já que o subdesenvolvimento não era uma etapa de uma linha evolutiva; e, em segundo, porque suas causas não eram naturais ou raciais, mas históricas. Destarte, não fazia sentido falar em “país jovem” ou “atrasado” – ou pelos menos tais termos teriam de ser ressignificados³. O subdesenvolvimento não era uma etapa ou fase da evolução em direção ao progresso, mas uma *condição histórica*, ou um “processo histórico autônomo” (FURTADO, 1961, cap. 4). Em sua reflexão, Furtado sustentou que a visão etapista subentendia, a rigor, que os países então considerados desenvolvidos um dia teriam sido também subdesenvolvidos, ou teriam passado antes por uma fase de subdesenvolvimento para depois chegarem ao pódio dos desenvolvidos – asserção sem sustentação histórica. A tese hoje pode parecer óbvia, mas este ovo de Colombo afrontava várias concepções arraigadas e foi alvo de críticas ferozes, da esquerda aos liberais. O subdesenvolvimento só pode ser entendido diante de uma situação histórica marcada por assimetria na divisão internacional do trabalho, com países “centrais” – industrializados e líderes na introdução de novas tecnologias – em coexistência com países “periféricos”, ou predominantemente agrários, receptores, mas quase nunca precursores das inovações:

³ Furtado continuará usando o termo progresso em sua obra, mas em certo momento clareou que, para ele, *progresso* referia-se à “assimilação de novas formas de vida que acompanhavam as inovações no nível da cultura material” – portanto, bem menos abrangente e pretensioso que desenvolvimento. Já o termo *modernização* diz respeito a padrões de consumo, como o imitativo, o qual também envolve assimilação, na América Latina, de padrões culturais de fora dela (FURTADO, [1979] 2013, p. 230). Por outro lado, Furtado considerava que havia “graus” ou estágios de subdesenvolvimento, os quais podem ser entendidos como “etapas”, de inferiores a mais complexas (FURTADO, 1961; MALLORQUIN, 2005, pp. 128-131), que poderiam, por exemplo, ir desde um enclave minerador até um país com certo grau de industrialização, embora ainda subdesenvolvido. Note, pois: não é que o subdesenvolvimento seja uma etapa, mas etapas existiriam dentro do próprio subdesenvolvimento. Essa concepção de Furtado também pode ser criticada, ao se ter presente que uma tipologia sobre diferentes formas históricas de subdesenvolvimento, mesmo que hierarquize algumas como “inferiores” com relação a outras, não significa que existam etapas, pois este termo sempre sugere a ideia de “fase” que tende a outra superior mediante uma lei evolutiva, o que não é o caso, inclusive como ele deixa claro nessa e em outras obras.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são, portanto, dois processos históricos que derivam do mesmo impulso inicial, ou seja, que têm raízes na aceleração da acumulação ocorrida na Europa no fim do século XVIII e começos do século XIX. Para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, vale dizer, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial. (FURTADO, 2013 [1979], p. 231).

Mas havia um segundo motivo ainda mais provocativo: o subdesenvolvimento tendia a se *autorreproduzir*, ou seja, não existem forças endógenas que o levariam a ser superado por si só, ou nem mesmo a negação dialética de a tese gerar uma antítese. Daí se inferia a necessidade da intervenção do Estado e do planejamento, pois os países latino-americanos tenderiam a permanecer na mesma situação se não fosse executado um programa de ação, concatenado e explícito, voltado a reverter a situação (FURTADO, 1983, p. 146). O que não quer dizer que não tinha consciência das dificuldades de sua execução, pois sua concepção de desenvolvimento envolvia várias dimensões e nunca ignorou a complexidade de sua interação com variáveis políticas e com o “sistema de poder”, como explicita neste artigo publicado em 1979:

Portanto, o conceito de desenvolvimento pode ser abordado a partir de três critérios, que se relacionam de forma complexa: o do incremento da eficiência do sistema produtivo; o da satisfação das necessidades básicas da população; e o da consecução de objetivos que se propõem distintos grupos de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. O terceiro critério é o mais difícil de precisar, pois o que é bem-estar para um grupo social pode parecer simples desperdício de recursos para outro. Esta a razão pela qual a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é independente de sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento é concebível sem a tutela de um sistema de poder (FURTADO, 2013[2009], p. 211, grifos no original).

Suas análises apontavam para a industrialização como caminho necessário (embora não suficiente) para reverter o subdesenvolvimento. A crítica

dos coevos não tardou porque, de um lado, abalava o *status quo* dos setores agraristas e exportadores, indispostos a cederem para novas ênfases à política econômica e a aceitarem uma redistribuição de renda coerente com a proposta de ancorar a produção no mercado interno. Já a intervenção governamental e o planejamento sempre foram condenados pela ortodoxia econômica, ancorada na crença segundo a qual o mercado, por si só, levaria à superação dos problemas; bastava, para tanto, que certos pré-requisitos fossem cumpridos, como a credibilidade da política econômica, a fim de garantir a atração de capitais, pois a insuficiência de poupança interna exigia o capital estrangeiro para lograr crescimento na formação de capital. Indo ao paroxismo, a ortodoxia não considerava apropriada a categoria subdesenvolvimento para caracterizar os problemas estruturais do país, sob o entendimento de que o crescimento do PIB, dentro de um sistema de *laissez faire*, seria suficiente, no longo prazo, para encaminhar soluções – como ocorrera em qualquer país que ora se pudesse chamar de desenvolvido. Não havia razão para a América Latina ensaiar uma “teoria econômica própria”⁴. Note-se que Eugênio Gudín, um dos mais influentes críticos do desenvolvimentismo, dizia que no Brasil não havia desemprego estrutural, mas hiperemprego (GUDÍN, 1978, p. 100)⁵.

Por outro lado, a análise de Furtado também desgostava amplos setores da esquerda, principalmente a liderada pelo PCB, já que não propunha o socialismo como projeto de país e tampouco o desenvolvimento como “tática”, ou seja, como forma de acelerar as contradições para nele se chegar mais rápido, como era convicção de muitos comunistas da época. No mundo então bipolarizado, se era imperdoável a indiferença à União Soviética como modelo, imaginemos criticá-la sem meias palavras. Tudo levava a crer que seu projeto, se é que tinha um modelo, acenava mais à Europa Ocidental do

⁴Veja-se, nesse sentido, a ironia de C. M. Peláez: “Quer dizer, os latino-americanos deveriam construir uma teoria econômica para a América Latina: mas por que parar por aí? Os brasileiros poderiam construir uma teoria aplicável ao Brasil. E os cariocas, uma para o Rio. E os habitantes da Zona Sul deveriam ter uma só para a região. E finalmente poderíamos chegar a teorias verdadeiramente empíricas para o comportamento econômico de seres tão diversificados como os de Ipanema” (PELÁEZ, 1971, p. 269).

⁵Ainda sobre Gudín, ver Borges (1996), Silva (2016) e Faria (2020).

que à ditadura do proletariado stalinista. Nelson Werneck Sodré, um dos nomes intelectuais mais renomados do Partido Comunista, considerava-o, no chavão da época, um reformista pequeno-burguês, até sofisticado na análise histórica, como mostrara o livro *Formação econômica do Brasil*, publicado em 1959, mas adepto de um desenvolvimentismo tecnocrático assentado na ortodoxia econômica e no keynesianismo (SODRÉ, 1959, *in*: FURTADO, 2009). Utopia por utopia, sempre caberia indagar quem teria maior probabilidade de se viabilizar: a superação do subdesenvolvimento aos moldes propostos por Furtado, de cunho reformista, ou a repetição por aqui da experiência histórica russa da revolução de 1917, em plena Guerra Fria. A atualidade, surpreendentemente, não fica restrita ao campo das teorias, mas das próprias perguntas que ficaram sem respostas ao longo da história, pois estas também se repetem e encontram adeptos de um lado e de outro, apesar de todas as mudanças acentuadas das últimas cinco décadas.

3. A democracia e a liberdade sem negociação

Em outubro de 1960, Sartre visitou o Brasil e Celso Furtado conversou com ele após servir como tradutor de sua palestra em Recife. A tese defendida pelo filósofo francês de que “todo reformismo é inócuo” desagradou-o: se lhe parecia óbvio que reformar a escravidão seria uma “indecência”, por outro lado, fora o reformismo, e não a via revolucionária, responsável pelo Estado de bem-estar social nos países industrializados da Europa. Além disso, perguntava-se: “como evitar que a ruptura institucional necessária conduza ao desfiladeiro que desemboca na tirania?” (FURTADO, 1997, v. 2, p.154). Essas ponderações de Furtado quanto ao custo político de uma revolução e, ao mesmo tempo, a danos em valores para ele considerados inegociáveis, como a democracia, são recorrentes e, por mais de uma vez, repetiu-as nas obras autobiográficas.

A defesa da democracia foi reforçada por sua participação na Força Expedicionária Brasileira, pois pôde conhecer de perto, na Europa devastada pela guerra, as consequências do nazifascismo. Também lhe desagradava

a censura e outras medidas repressivas do Estado Novo varguista. Só que o mundo posterior a 1946 trouxera consigo a Guerra Fria, o que tornava Furtado uma *avis rara*, uma vez que sempre se considerou e era considerado um intelectual afinado com a esquerda, defensor de propostas tabus na sociedade brasileira, como reforma agrária e redistribuição de renda, mas não compartilhava com a visão então hegemônica na esquerda: o stalinismo. Havia certo consenso em tais hostes de que palavras de ordem associadas a liberdades civis e direitos humanos eram valores típicos da *democracia burguesa* – conceito radial com conotação depreciativa – e sem sentido em uma sociedade socialista, cujas experiências então vigentes advogavam para si a materialização histórica do modelo leninista de ditadura do proletariado. Logo após a guerra, ao ler Bettelheim, ficara curioso sobre a planificação soviética – e, de certo modo, empolgado pelos resultados, mormente pela industrialização acelerada, que conseguira quase diretamente levar o país do feudalismo à grande potência. Cogitou visitar o país para ver de perto a experiência, mas, após algumas tentativas infrutíferas, foi aconselhado que o caminho mais fácil para tanto seria filiar-se ao PCB, já que o visto para estudos ou turismo era raríssimo. Abriu mão da viagem, “pois colocava minha liberdade de pensar acima de tudo” (FURTADO, 1997, v. 1, p. 101).

A defesa do reformismo fazia sentido para Furtado por ser uma tentativa de conciliar desenvolvimento com democracia. No famoso Encontro promovido pela OEA no Uruguai, em 1961, com objetivo de condenar os rumos então tomados por Cuba, ele teve a oportunidade de conversar com Che Guevara, cuja presença como líder da delegação cubana causou sensação no evento, principalmente na mídia. Pelo que se depreende de seu relato, este o questionou sobre a viabilidade de reformas no Nordeste, uma vez que Furtado presidia a SUDENE, a qual contava com promessa de auxílio da *Aliança para o Progresso*. Furtado defendeu seu trabalho, mas depois lamentou não ter sido mais enfático: “O contexto nacional brasileiro permite pensar em mudanças estruturais de âmbito regional sem rupturas institucionais. Quando me convencer de que isso não é possível, concluí, porei o chapéu na cabeça e me retirarei”. E adiante, em tom de lamento: “Por que

não dissera claramente que não aceito a revolução como opção, exceto para enfrentar uma ditadura? Tentar mudanças sociais por meios violentos em uma sociedade aberta, com governo representativo e legítimo, é meter-se por um túnel sem saber onde ele vai dar” (FURTADO, 1997, v. 2, pp. 189-190).

Em 1962, já ministro do governo Goulart, em ensaio publicado inicialmente na imprensa paulista e, por sua repercussão, depois traduzido e reproduzido no exterior, Furtado mais uma vez defendeu suas ideias reformistas. Dentre outros argumentos, ponderou que o rápido desenvolvimento econômico na URSS, embora significativo, “tem sido acompanhado de restrições, além do tolerável, de todas as formas de liberdade individual” (*ibidem*, p. 216). Casos como União Soviética, China e Cuba “não são mais do que a continuação de regimes autoritários preexistentes”. Assim, “o método adotado para implantá-las – o marxismo-leninismo – demonstrou total ineficácia em sociedades abertas” (*idem ibidem*)”.

Sua defesa de “desenvolvimento com democracia” recorre, sobretudo, a argumentos históricos, como era característico de seus trabalhos. Entendia que o capitalismo industrial trouxera o antagonismo de classes, mas também dera mostras de que o regime democrático permitia que tendências divergentes se expressassem, viabilizando “soluções construtivas”. A melhoria dos indicadores sociais verificada na Europa Ocidental, e mesmo nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, não era uma resposta automática da industrialização ou da economia: só fora possível porque a democracia também evoluíra nesses países. Tais experiências davam mostras de que não havia necessidade de suprimir a propriedade privada para se chegar a uma sociedade mais igual. A propriedade privada não precisaria da repressão das liberdades para se legitimar, “porque demonstrou ser uma forma descentralizada de organizá-la, capaz de alcançar altos padrões de eficiência”. Fora a institucionalização dos conflitos sociais, para o qual recorre, como exemplo, ao direito de greve, que, “no último quartel do século XIX, [se] encerrou o ciclo de revoluções com raízes nos antagonismos de classes” (*ibidem*, pp. 282-283).

Apesar dessas considerações que o afastavam dos círculos majoritários da esquerda, também sofria oposição da direita, como ficaria claro com sua cassação em 1964. Se tal projeto reformista para alguns era muito pouco, para outros ultrapassava o limite do tolerável. Já na SUDENE ficara sujeito a diatribes das oligarquias regionais, temerosas com o avanço das reivindicações dos trabalhadores do campo. Mas o referido artigo de jornal de 1962, a despeito do tom moderado, foi alvo do pretensamente cosmopolita *O Estado de São Paulo* em uma série de quatro editoriais, na qual apregoava, entre outras acusações ao então titular da pasta extraordinária do Planejamento, ser ele “adepto do materialismo histórico e, portanto, um elemento com que os comunistas podem contar na ação contra as instituições” (*ibidem*, p. 218). Fatos como ter sido mantido à frente da SUDENE por Jânio Quadros e recebido pelo presidente Kennedy pouco contavam no país polarizado. Não por acaso, certa vez, para surpresa sua, quando trabalhava na FGV, ao contar a um colega que optara por um curso sobre Marx quando estudara em Paris, este indagou se era trotskista, pois não era usual alguém ser tão crítico das condições econômicas e sociais do Brasil e, ao mesmo tempo, do “socialismo real”, expressão que designava os regimes comunistas então existentes (*ibidem*, p. 138). Mas a associação de Furtado ao comunismo não era mera paranoia local: mesmo um intelectual sofisticado como Douglas North teria compartilhado da convicção por algum tempo e documentos restritos da USAID também chegaram a fazer referência semelhante, embora com o cuidado de ponderar que ele não era adepto de uma revolução comunista, o que lhe valeu o rótulo de “leftist-nationalist” (BOIANOVSKY & MONSTERIO, 2018, p. 281).

4. Conclusão

No primeiro parágrafo deste artigo, recorreu-se à metáfora de “viagem” dos conceitos de Sartori para ilustrar que eles são capazes de se atualizarem ao incorporarem fatos e respostas novas no devir do processo histórico. Essa concepção aproxima-se da visão hegeliana que não separa o real de sua

representação, ou seja, o referencial metateórico assume que a existência do conceito é parte de sua determinação, o que o torna tão real como o objeto que se propõe a conceituar ou a representar. Quando se menciona a atualidade de ideias que pareciam ultrapassadas, ou pelo menos tidas como válidas somente em contextos históricos muito determinados, dificilmente se quer dizer que elas são reproduzidas *in totum* ou sem alterações de um contexto para outro. No caso de Furtado, as ideias aqui escolhidas para resgatar sua atualidade não o foram de forma arbitrária ou sem critério robusto: são as categorias-síntese que ele mesmo considerava como centrais e mais de uma vez repetiu sua centralidade como valores, como antes se mostrou. Destarte, se o subdesenvolvimento perdura, em linhas gerais, tal como ele definira em seus trabalhos clássicos, e se o país de lá para cá pouco avançou no sentido de superá-lo, por outro lado, os problemas se modificaram e, com eles, as soluções. Por exemplo: se nos anos 50 do século passado a crença era que o crescimento econômico e a industrialização seriam o começo e o caminho da solução, hoje há certo consenso da limitação dessa proposta sem medidas ativas de redistribuição de renda e enfrentamento das desigualdades, pessoais e regionais, pois o forte crescimento do PIB do país até 1980 não foi capaz de reverter os indicadores sociais e aplainar as desigualdades; em alguns casos, até houve piora.

Por outro lado, a substituição de importações poderia fazer sentido dentro de um contexto internacional de paradigma fordista de produção, em que recuperar a defasagem com relação aos países centrais, embora não fosse fácil, tudo sugeria ser possível. Já hoje, embora possa ser implantada em setores específicos, dificilmente pode ser a base de um projeto maior de ingresso em novas ondas tecnológicas intensivas em pesquisa e conhecimento, em que a velocidade das mudanças não permite “correr atrás da máquina”, pois exige ir junto com ela ou, preferencialmente, estar a sua frente. Até para se fazer jus à expressão, só é apropriado falar-se em substituição de importações quando a demanda preexistente é atendida por importações: não faz sentido quando se visa ingressar em novo paradigma tecnológico, o que supõe antecipação à demanda, pois muitas vezes o produto ou serviço

nem existe, a necessidade é criada pelo próprio paradigma emergente. A aceleração e complexificação do impulso tecnológico nas últimas décadas só permitem “substituir” o que já está ultrapassado.

Em outras palavras, a atualização exige novas soluções e não apenas a repetição do que um dia fez sentido e ora está superado. Não se trata de trazer o passado para o presente, num saudosismo sebastianista. Paradoxalmente, ideias se atualizam se aptas a mudanças para renovarem-se e adaptarem-se às novas exigências postas pelo real, e assim, de apresentarem-se como projetos mobilizadores e capazes de conquistar adeptos. Mesmo diante de todas as transformações verificadas no mundo nas últimas cinco décadas, subdesenvolvimento e autoritarismo perduram. Logo, desenvolvimento e democracia permanecem na ordem do dia, o que torna ainda atualíssima a obra de Furtado, e tal reconhecimento também um lamento. A virtude da durabilidade de sua obra – sonho de todo autor – deve-se, no caso, à persistência dos problemas que ele queria ver superados. As soluções e encaminhamentos não são os mesmos, mas como desconsiderar a atualidade de frases como esta: “Não se coloca, portanto, a opção entre desenvolvimento e liberdade, pois estes são dois objetivos irredutíveis um ao outro. Ali onde foram alcançadas formas superiores de organização social, o problema fundamental consiste em desenvolver técnicas que permitem conciliar rápidas transformações sociais e padrões de convivência humana de uma sociedade aberta” (FURTADO, 1997, v. 2, p. 217)?

Referências

- AREND, Marcelo. “A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho”. In: CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M. & MACEDO CINTRA, M.A. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014, pp. 375-421.
- BACKES, Ana L. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- BOIANOVSKY, Mauro & MONASTERIO, Leonardo. “O encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: visões alternativas sobre a economia nordestina”, *Revista Brasileira de Economia*, n. 3, v. 72, pp. 275-291, Rio de Janeiro, 2018.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.
- FARIA, Ivan; SILVA, Victor & CAVALIERI, Marco. “Eugênio Gudin e as influências internacionais na defesa de sua agenda econômica liberal: o hiperemprego e o livre-comércio”, *Análise Econômica*, n. 77, v. 38, pp. 33-56, Porto Alegre, set. 2020
- FONSECA, Pedro C. Dutra. “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”, *Revista Brasileira de Economia*, n. 3, v. 54, Rio de Janeiro, jul./set. 2000.
- _____. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, *Pesquisa & Debate*, N. 2(26), v. 15, pp. 225-256, São Paulo: PUCSP, jul./dez. 2004.
- _____. “Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República”. In: BASTOS, Pedro P.Z. & FONSECA, Pedro C. D. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.
- _____. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: DIFEL, 2014a, 3ª. ed.
- _____. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”. In: CALIXTRE, B.; BIANCARELLI, A. M. & MACEDO CINTRA, M. A. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014b, pp.29-78.
- _____. “A atualidade de Celso Furtado”, *Boletim do Grupo de Estudos de Economia e Política, GEEP/IESP—UERJ*, n. 3, pp. 6-7, Rio de Janeiro, 2020.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1956.
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização Industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [Coleção “Os economistas”].
- _____. *Obra autobiográfica – Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 3v.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 3ª. ed.
- _____. *Formação econômica do Brasil – edição comemorativa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

- GUDIN, Eugênio & SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, 2ª.ed.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo, Rio de Janeiro: Xamã, Contraponto, 2005.
- MATUTE, Álvaro. *México en el siglo XIX, fuentes e interpretaciones históricas*. Lecturas Universitarias, n. 12. México: UNAM, 1984.
- PELÁEZ, Carlos M. “Resenha bibliográfica”, *Revista Brasileira de Economia*, n. 4, v. 25, pp. 267-269, Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- PESAVENTO, Sandra. “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 193-255.
- SALOMÃO, Ivan. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- SARTORI, Giovanni. “Concept misformation in comparative politics”, *American Political Science Review*, n. 64, pp. 1033-1053, 1970.
- _____. “concept analysis”. In: SARTORI, G. (org.). *Social Science Concepts: A Systematic Analysis*. Beverly Hills: Sage Publications, 1984.
- SILVA, Victor Nunes Leal Cruz e. *Economia keynesiana ou a economia de Keynes? Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro “Princípios de economia monetária” de Eugênio Gudin*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UFPR, Curitiba, 2016.
- ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. México: FCE, 1993.